

Governo vai usar "poder de barganha"



O ministro Funaro disse que o Brasil só pagará débitos externos sem comprometer crescimento

Aylê Salassé

O governo decidiu, sem falar em confronto, fazer uso de agora em diante do tão propalado "poder de barganha" do Brasil, na condição de "maior devedor" do mundo (US\$ 108 bilhões, mais de 1/3 da dívida externa da América Latina), posição que evitou adotar em passado recente. Preferiu-se optar pela recessão interna do que participar de "cartéis de devedores", proposto em diversas ocasiões, diante da sangria de dólares a que vinham sendo submetidos, pelo mercado financeiro internacional, os países pobres e em desenvolvimento.

"Essa atitude comportada do Brasil não nos ajudou em nada", diz o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, observando que, por isso, "o Brasil só volta a pagar seus débitos externos quando e se os credores estrangeiros se dispuserem a apresentar soluções compatíveis com o crescimento econômico brasileiro".

Não existe, continua o ministro, qualquer possibilidade de se continuar financiando, com sacrifícios internos, ganhos especulativos ou distorções no mercado financeiro internacional e, muito menos, déficits comerciais e públicos de países industrializados.

Mudança das regras

Estas premissas integram as linhas mestras do programa de alternativas que o governo está estudando como "subsídios" às discussões sobre a dívida externa brasileira.

Até agora os banqueiros estão se fazendo de desentendidos. "Foi assim a reação de Paul Vocker, do Federal Reserve dos Estados Unidos; de Nigel Lawson, da Inglaterra; do ministro das Finanças do Japão, Kiichi Miyazawa; e outros que, se não quiseram se expor ante as ameaças brasileiras, contidas na segunda "carta aos bancos", manifestaram apenas preocupações.

Renegociação geral

E é realmente um problema para se preocupar. Tão logo o Brasil declarou a moratória, os banqueiros internacionais apressaram-se a renegociar

dívidas pendentes do México, da Argentina e um grupo de outros países para se precaverem da "união dos devedores". Ocorre que, mesmo isoladamente, o Brasil encontra-se numa posição privilegiada na sua condição de maior devedor. Por essa razão, as teses brasileiras dificilmente deixarão de ser ouvidas tanto por credores quanto por outros devedores.

O receio é segundo um analista do setor financeiro, de que vingue, por exemplo, entre devedores a declaração unilateral da "indexação do pagamento da dívida aos índices de crescimento da economia dos países devedores". Se consagrada esta tese, todas as renegociações da dívida, sejam aquelas feitas apressadamente ou ajustamentos anteriores, estarão diante de uma perspectiva nova e, conseqüentemente, ameaçadas de retornar ao ponto original.

Precedentes de negociador

Como negociador de endividamento externo, o Brasil já tem, pelo menos, dois precedentes favoráveis. O primeiro, quando, em 1979, o então ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, decidiu inverter o método de demonstração do crescimento da economia brasileira, mostrando para o presidente do Banco Mundial, Robert MacNamara, em visita ao Brasil, grandes obras, mas também — e principalmente — favelas e regiões pobres "a serem desenvolvidas". Com isto conseguiu novos recursos para o programa de desenvolvimento.

Aproveitando a deixa, o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, enfrentou, logo a seguir, com sucesso, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, a tese norte-americana chamada de "graduação", segundo a qual países com renda per capita acima de US\$ 2 mil 500 dólares não poderiam mais recorrer a empréstimos da instituição. Diante dos apologismos constantes ao milagre brasileiro, o Brasil estava fora do BID. Langoni defendeu a tese da "maturação" do desenvolvimento dos países e conseguiu manter

o fluxo dos recursos do BID ao Brasil a juros diferenciados, mas não sem antes ter de reconhecer algumas falácias no processo de desenvolvimento brasileiro.

Sem ridicularizações

O Brasil, hoje, não necessita ser ridicularizado para conseguir uma mudança nas regras do jogo de mercado. Também não pretende apresentar nenhum plano unilateral de pagamento, garante o ministro Dilon Funaro. Se isto tiver de acontecer será a rolagem da dívida por 15 a 20 anos e com serviços e amortizações adequados ao crescimento. Portanto, "o problema da dívida externa brasileira passa pelos banqueiros", afirma Funaro.

Para sustentar a posição brasileira, o ministro dispõe de dados circunstanciados: entre 1983 e 1986 o Brasil acumulou superávits comerciais, mesmo com a deterioração das relações de troca, da ordem de US\$ 41,5 bilhões, ou 5,7 por cento do PIB em 1985, crescimento maior consideradas as equivalências, do Japão e da Alemanha. Teve, contudo, de transferir ganhos líquidos reais para o exterior nessas operações de US\$ 34 bilhões, ou seja 19,8 por cento da poupança doméstica bruta. Além disso, a saída líquida de capitais estrangeiros (lucros e royalties) chegou em 1985/86 a US\$ 1,4 bilhão.

"O Brasil não vai bancar mais essa situação", afirma o ministro Funaro. E não falta apoio externo para a posição brasileira, segundo confidenciou uma alta fonte do setor financeiro. Nesta questão, de acordo com uma observação do secretário de Imprensa da Presidência da República, Fronta Neto, a maior e mais grave ausência de apoio de que o governo vem se ressentindo é o interno; de grupos políticos e sindicais que antes de moratória ser declarada a exigia do governo como uma condição política indispensável para o país. "O governo aceitou o desafio e esses grupos desapareceram deixando-o sozinho", conclui Frota.